

7055

RELATORIO

ANUAL

Delegacia Regional de Ensino

DE

TAGUATE

1955

4055

RELATÓRIO

DA

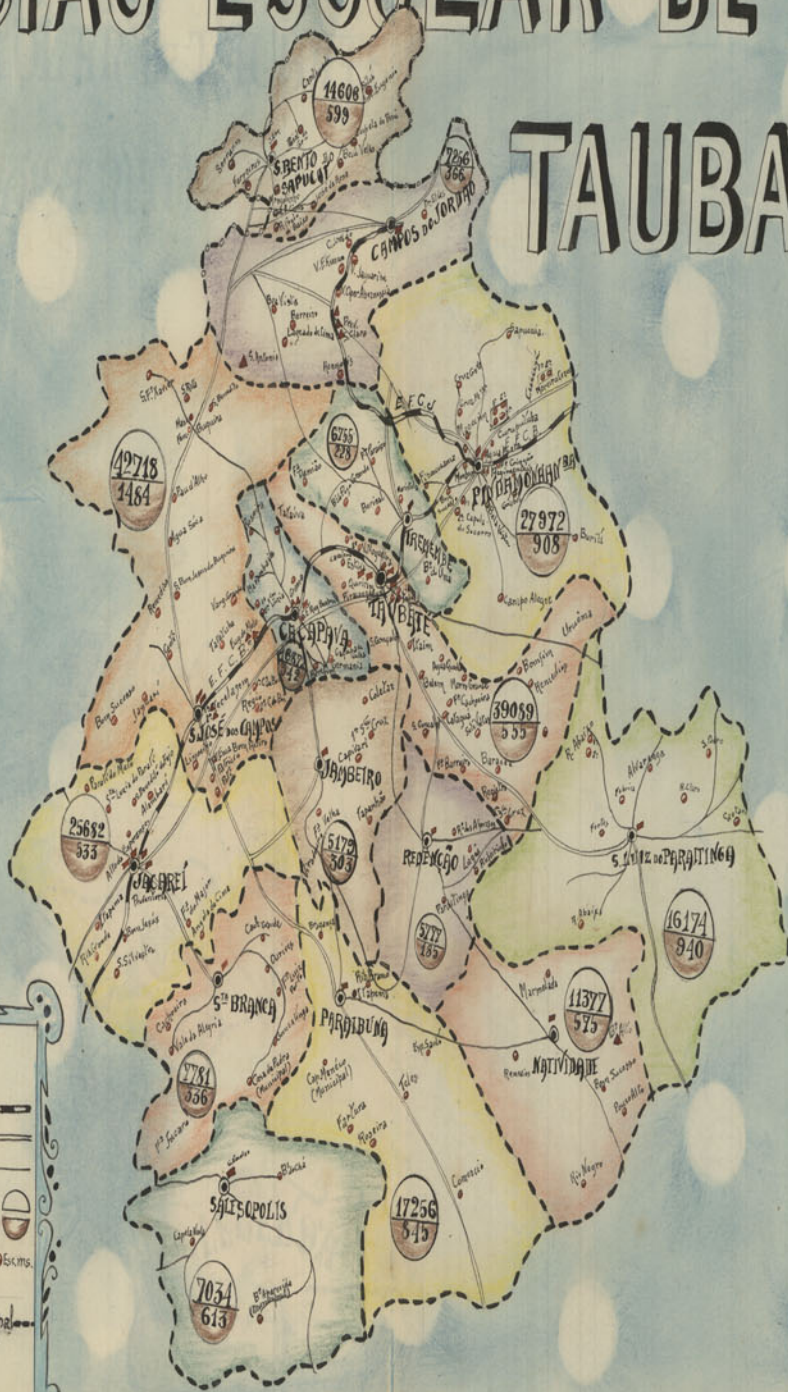
DELEGACIA REGIONAL DE

ENSINO EM TAUBATÉ

1940

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO
1954

REGIÃO ESCOLAR DE TAUBATÉ



LEGENDA

- Estrada de ferro
- Estrada de rodagem Estadual
- Estrada de rodagem Municipal
- População do Municipio
- Superfície do Municipio (km²)
- Escolas: ● Esq. urbanos ● Esq. masc. ● Esq. fem. ● Esq. ms.
- Distritos
- Interes. Estadual
- Inter. municipal

REGIÃO ESCOLAR DE TAUBATÉ

1º DISTRITO



LEGENDA

- Estrada de ferro
- Estrada de rodagem Estadual
- Estrada de rodagem Municipal
- População do Município
- Superfície do Município (Em Km²)
- G. Escolares ▲ Esc. Urbanas ● Esc. Masc. ○ Esc. Fem. ● Esc. M. B.

REGIÃO ESCOLAR DE JACUARETÊ
1.º DISTRITO

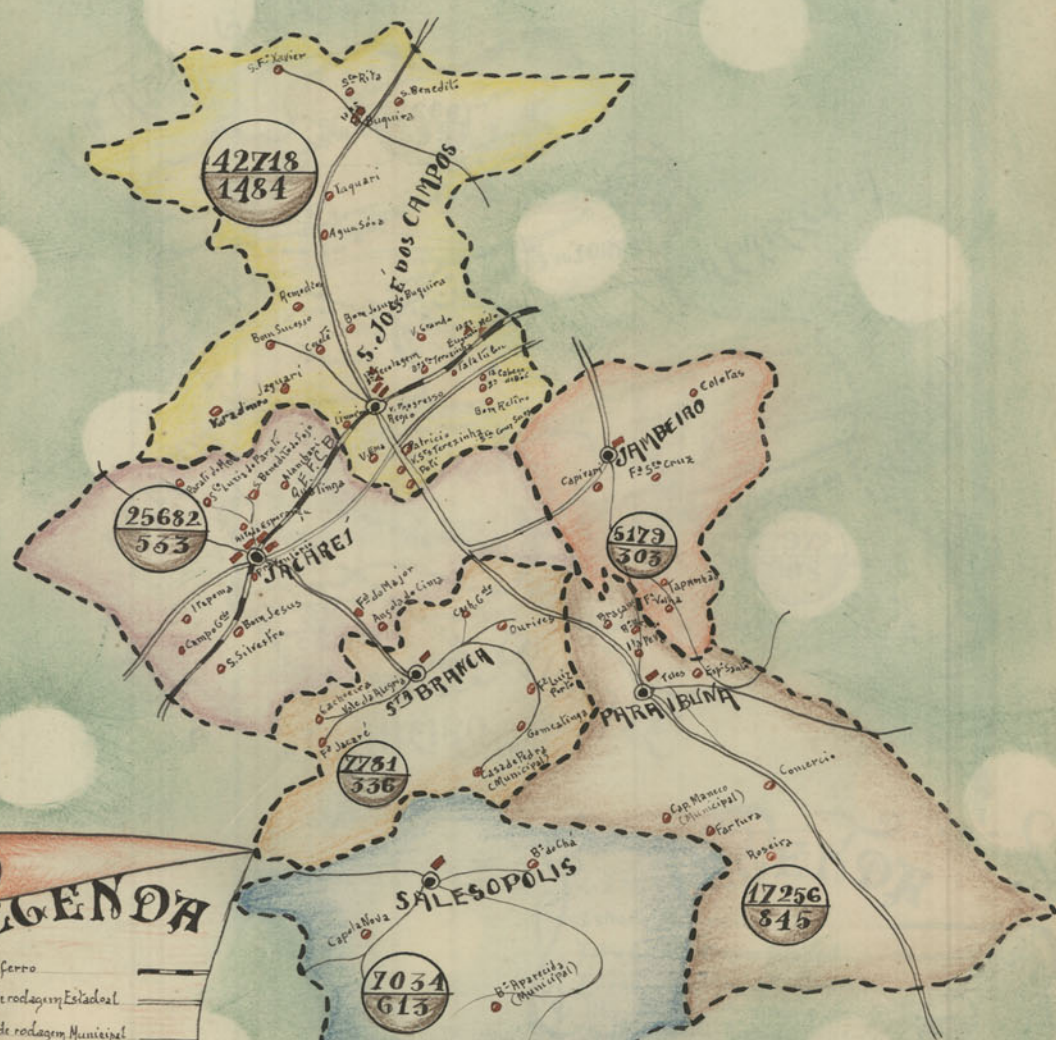


LEGENDA

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

REGIÃO ESCOLAR DE TAUBATÉ

2º DISTRITO

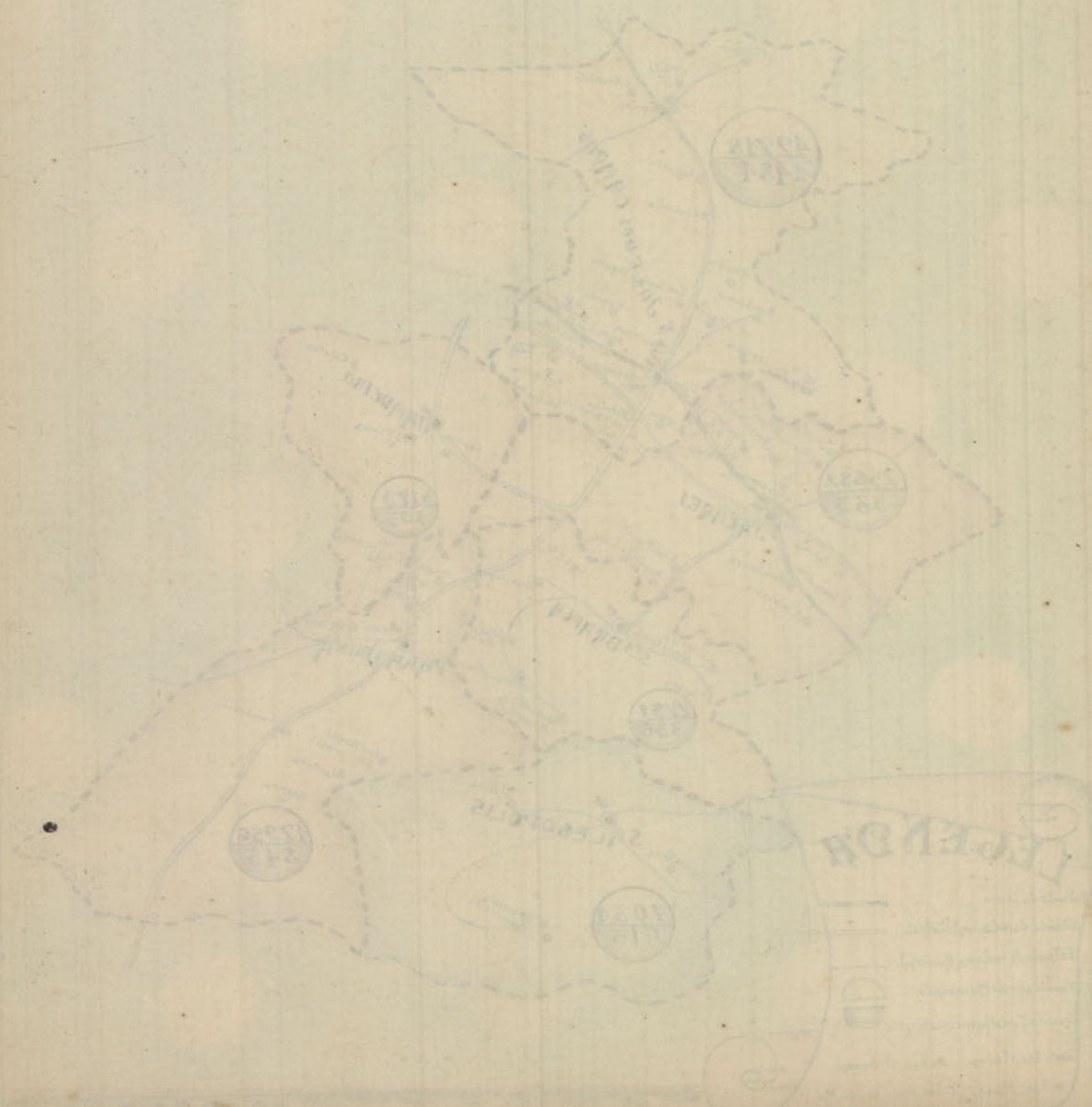


LEGENDA

- Estrada de ferro
- Estrada de rodagem Estadual
- Estrada de rodagem Municipal
- População do Município
- Superf. do Município (km²)
- G. Escolares
- ▲ Esc. Urbanas
- Esc. Mage.
- Esc. Fem.
- Esc. Ms.

REGIÃO ESCOLAR DE TUBARATÉ

2.º DISTRITO



REGIÃO ESCOLAR DE TAUBATÉ

3º DISTRITO



LEGENDA

Estrada de ferro
 Estrada de rotação Est. do Est.
 Estrada de rotação Municipal:

População do Município: ○
 Superfície do Município (EM km²): ○

G. Escolas: ● (Urbana) ▲ (Masc.) ○ (Fem.) ○ (Mist.)
 Div. sexes

Interes. atual: —○— Inter municipal: - - - -

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO

TAUBATE'

RELATÓRIO ANUAL

Em cumprimento de determinações regulamentares, tenho a honra de passar às mãos de V.S. o relatório anual de 1940, desta Delegacia Regional de Ensino.

R E L A T Ó R I O

I - A DELEGACIA: - A Delegacia Regional de Ensino de Taubaté é constituída pelos municípios de Caçapava, Campos do Jordão (Prefeitura Sanitária), Jacareí, Jambeiro, Natividade, Paraibuna, Pindamonhangaba, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos (Estância Hidro-Climatérica) São Luiz do Paraitinga, TAUBATE' (sede) e Tremembé.

A Região confina: ao Norte, com o Estado de Minas Gerais; ao Sul, com os municípios de Santos, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba; a Éste, com os municípios de Piquete, Guaratinguetá, Aparecida e Cunha; a Oeste, com os municípios de Mogí das Cruzes, Guararêma, Santa Isabel, Nazaré, Piracáia e Joanópolis. Localiza-se, pois, entre as regiões escolares de Santos, Guaratinguetá e Capital.

A zona é, em geral, banhada abundantemente pelas águas dos rios Paraíba, Paraibuna, Paraitinga, Sapucaí-Mirim, Jacuí, Jaguari, Peixe e seus numerosos afluentes.

Projéta-se a região da Serra do Mar á da Mantiqueira, havendo, entre ambas as cordilheiras, serras isoladas.

Possuindo clima invejavel, esta parte do

Estado é procurada para cura e repouso de pessoas enfraquecidas, principalmente as estações climáticas de Campos do Jordão, São José dos Campos e Tremembé, onde existem excelentes Sanatórios e Casas de Saúde.

As cidades, sédes de municípios, são, em geral, higienizadas, mórmente as que se situam á margem da E.F.C. do Brasil: Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba. Destas, destacam-se como centros industriais, Jacareí, São José dos Campos e Taubaté.

A zona chamada "Norte de São Paulo", hoje mais conhecida por "Vale do Paraíba", que foi, outróra, grande centro cafeicultor do Estado, possui, atualmente, pequenas lavouras da rubiácea. Vem substituindo o café a cultura em grande escala do algodão, do arroz e da laranja, sendo considerada das mais importantes nestas duas últimas produções.

A Região é servida pela E.F.C. do Brasil e pela E. F. Campos do Jordão. A maioria dos municípios que formam a Delegacia não são servidos por essas estradas de ferro. Ha, entretanto, boas estradas de rodagem ligando-os aos centros da margem da linha. Apenas as estradas interiores dos municípios são más, dando acésso a automovel com dificuldade, principalmente na época das chuvas.

A população geral da Região é calculada em 250.000 habitantes, e a sua área é de 8.562 Km. quadrados.

Pela apreciação da população geral se infere que a população escolar poderá alcançar o número 45,000.

Durante o exercicio de 1940, de que trata o presente relatório, estiveram á testa da Delegacia dois delegados, - os professores Licínio Carpinelli e Theodomiro de Barros. O primeiro de Janeiro a 5 de Março e o último de 6 de março a 31 de Dezembro.

Numa resenha ligeira, foram realizados no ano os seguintes trabalhos:

- a) Concurso de ingresso e reversão ao magistério, em Janeiro, com a inscrição de 55 candidatos;
- b) Concurso de remoção e promoção, em Dezembro, com a inscrição de 128 candidatos;
- c) Fiscalização dos exames parciais e finais, nas épocas regulamentares, nas escolas normais livres de Taubaté e São José dos Campos;
- d) Conferências e concertos de pedidos de material escolar e de estatísticas anuais;
- e) Propaganda para a difusão e melhoria das atuais bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino da Região.
- f) Instituição do "Copo de Leite" e "Sopa Escolar" nos grupos esco-

lizes "Ruy Barbosa", em Caçapava, "Dom Pereira de Barros" e "Jaques Felix", em Taubaté;

g) Inauguração solene de um gabinete dentário no Grupo Escolar "Ruy Barbosa", em Caçapava.

h) Comemorações festivas nos dias da Pátria e na Semana da Criança, por iniciativa da Delegacia, com concentrações de escolares, em demonstração de exercicios de educação física.

2--A Secretaria:

Até 18 de Dezembro último exerceu, nesta Delegacia, as funções de secretário, o Prof. Benedicto da Silva Ayello, nomeado para o cargo em 27 de maio de 1932, com exercicio a partir de 10 de fevereiro do mesmo ano, tendo-o exercido, em comissão, até 7 de julho de 1938, em que foi nomeado em carater efetivo para o cargo, creado pelo decreto 9.118, de 20 de abril de 1938, - art? 2?.

A 18 de dezembro do ano p. findo ocorreu o falecimento dêsse dedicado funcionário. Durante o periodo de mais de 8 anos o prof. Ayello serviu na Secretaria com inteligência, assiduidade e zêlo.

Como auxiliar do secretário vem servindo na Delegacia, desde 20 de maio de 1936, a prof? d. Eglantina Ferraz Porto, adjunta do grupo escolar "Dom Pereira de Barros", desta cidade. Foi ultimamente indicada, em carater interino, para a vaga verificada com o falecimento do secretário, cargo que vem exercendo desde 1? de dezembro p. passado, em que aquêle funcionário, já gravemente enfêrmo, solicitára um ano de licença. A prof? d. Eglantina Ferraz Porto sempre se houve com dedicação, quer no exercicio de suas antigas funções quer no das atuais, trabalhando com louvavel espirito de interêsse e diligência. Possui aptidão para o cargo.

Está tambem comissionada na Repartição a prof? d. Etelvina Picoli, adjunta do grupo escolar "Rodrigues Alves", da Capital, desde 30 de julho do corrente ano, e vem-se revelando, igualmente, possuidora de qualidades apreciaveis no desempenho de suas funções.

Desde 20 de janeiro de 1936 está comissionado na Delegacia o Sr. Manuel Barradas, porteiro do grupo escolar de Quiririm, em Taubaté. E' tambem um funcionário exáto no cumprimento de seus deveres.

Parece ser projêto antigo a reorganização das Delegacias, com o constituir-se, em definitivo, o quadro de seus funcionários. A secretaria necessita de um datilógrafo e a Delegacia de um servente.

... "Dom Petrus de Barros" e "Luz
... em Tardade.
... no Grupo Escolar "Ruy
... em Tardade.
... nos dias de festas e na Semana da Criança,
... por iniciativa da Direção, com colaboração de escolas, em demora
... de exercícios de educação física.

A Direção

Até 18 de dezembro último exerciu, nesta Delegacia,
as funções de secretário, o Prof. Benedito de Silva Xavier, nomeado
para o cargo em 24 de maio de 1935, com exoneração a partir de 10 de
fevereiro do mesmo ano, tendo o exercício em comissão até 7 de junho
de 1935, em que foi nomeado em caráter efetivo para o cargo, exercido
pelo decreto 9.118, de 23 de abril de 1935, - art. 2º.

A 18 de dezembro de ano p. tendo exercido o efetivo
cargo desde a delegacia funcionária. Durante o período de mais de 8 anos
o Prof. Xavier serviu na Delegacia com inteligência, assiduidade e
afeto.

Como auxiliar de secretário vem servindo na Delegacia
de, desde 20 de maio de 1935, o Prof. E. Eulânio Ferraz Porto, ad-
junto do grupo escolar "Dom Petrus de Barros", desta cidade. Foi ad-
mitido inicialmente, em caráter interino, para a vaga verificada com
o falecimento do secretário, cargo que vem exercendo desde 15 de fe-
vereiro p. passado em que agiu com inteligência, de gravemente entran-
co, durante um ano de licença. A 19 de maio de 1935, Eulânio Ferraz Porto con-
tinua no cargo com dedicação, quer no exercício de suas antigas funções
quer no das atuais, trabalhando com fervoroso espírito de interesse e
inteligência. Possui aptidão para o cargo.

Não tendo sido nomeado na Delegacia o Prof. E.
Eulânio Ferraz Porto, adjunto do grupo escolar "Rodrigues Alves", de Capi-
tão, desde 20 de junho do corrente ano e vem se revelando, igualmente,
um possuidor de qualidades apreciáveis no desempenho de suas fun-
ções.

Desde 20 de janeiro de 1935 está compreendido na
Delegacia o Sr. Manoel Barbas, portador do grupo escolar de Curitiba,
e também um funcionário existe no cumprimento de
seus deveres.

Porém, nestes projetos antigos e reorganização das Dele-
gacias, com o caráter definitivo, o quadro de seus funcio-
nários. A necessidade necessária de um definitivo e a Delegacia de um
servente.

São os seguintes os dados gerais sobre os trabalhos realizados pela Secretaria:

Papeis protocolados.....	2.291
Ofícios expedidos.....	343
Circulares expedidas.....	26
Comunicações de licenças.....	59
Títulos visados.....	299
Portarias visadas.....	268
Faturas de material escolar.....	280
Papeis extratados.....	956
Atestados fornecidos.....	630
Mapas feitos.....	24
Correspondência expedida.....	2.236
Despesas com expedição de correspondência.....	683\$000
Despesas com o serviço telefônico.....	625\$000

A Delegacia Regional de Ensino em Taubaté, está instalada em quatro ótimas salas do edificio Miranda, pagando o Governo a importância mensal de 270\$000 do respectivo aluguel.

Tem sido insuficiente a verba de 200\$000 mensais, que lhe é atribuída, á vista do crescente aumento de volume de seus trabalhos. E releva notar que, no decorrer de 1940, a verba ainda sofreu redução e foi irregularmente paga, com prejuizos evidentes para a boa marcha dos serviços da Repartição.

3 - AS INSPETORIAS DISTRITAIS.

A Região está dividida em três inspetorias distritais.
1º Distrito: - TAUBATE' (sede), São Luiz do Paraitinga, Redenção e Natividade, a cargo do inspetor Prof. Nestor Pereira Leite. Conta êsse distrito 8 grupos escolares com 69 classes, 5 escolas urbanas, 43 rurais, 8 municipais e 10 particulares. Ha ainda 1 escola normal municipal, 1 ginásio estadual e 2 ginásios particulares.

2º Distrito: - SÃO JOSE' DOS CAMPOS (sede), Jacareí, Jambeiro, Paraibuna, Salesópolis e Santa Branca, a cargo do inspetor Prof. Benedicto Republicano Brasil. Conta êsse distrito 10 grupos escolares com 88 classes, 8 escolas urbanas, 54 rurais, 15 municipais e 3 particulares, havendo ainda uma escola normal municipal, 1 ginásio municipal.

3º Distrito: - PINDAMONHANGABA (sede), Caçapava, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí e Tremembé, a cargo do inspetor Prof. Lafayette Rodrigues Pereira. Conta êste distrito 7 grupos escolares com 75 classes, 10 escolas urbanas, 61 rurais, 13 municipais e 7 particula-

Estas as seguintes as tabelas gerais sobre os trabalhos realizados pela Secretaria:

2.231	Região de Protocolos
242	Região de Expedientes
25	Região de Expedientes
33	Comunicações de Impressão
209	Região de Visitas
268	Região de Visitas
289	Região de Material Escritório
326	Região de Expedientes
630	Atividades Especiais
94	Região de Expedientes
1.236	Correspondência Especial
	Passagens com expedição de correspondência
685000	Outros
855000	Passagens com o serviço telegráfico

A Delegacia Regional de Ensino em Curitiba, sendo o governo possui em quatro salas de ensino primário, sendo o governo a importância mensal de 270000 do respectivo ano.

Por não haver sido a verba de 200000 mensais, que era atribuída, a falta de recursos durante o ano de 1940, a verba ainda não chegou. É relevante notar que, no decorrer de 1940, a verba ainda sofreu redução e foi irregularmente paga, com prejuízos evidentes para a educação dos alunos da Secretaria.

A região está dividida em três inspeções educacionais:
1ª Inspeção - TAVARES (sede), São Luiz do Sul, Redenção e Curitiba, a cargo do Inspetor Prof. Nestor Pereira Leite. Conta-se no distrito 8 grupos escolares com 63 classes, 2 escolas urbanas, 47 turmas, 8 municipais e 10 particulares. Há ainda 1 escola normal municipal, 1 escola estadual e 2 classes particulares.
2ª Inspeção - SÃO JOSE DOS CAMPOS (sede), Jacaré, Tapeto, Bela Vista, Caldas do Sul, Santa Helena, a cargo do Inspetor Prof. Benedito de Fátima. Conta-se no distrito 10 grupos escolares com 38 classes, 8 escolas urbanas, 24 turmas, 15 municipais e 1 particular, havendo ainda uma escola normal municipal, 1 escola municipal e 1 particular.

3ª Inspeção - PINHEIROMANGUEIRA (sede), Capoteva, Camocim do Jordão, São Pedro do Sul, a cargo do Inspetor Prof. Luiz de Souza. Conta-se no distrito 7 grupos escolares com 75 classes, 10 escolas urbanas, 61 turmas, 13 municipais e 2 particulares.

res. Ha ainda 1 ginásio estadual e 1 ginásio municipal.

Este inspetor teve a seu cargo a inspeção das escolas normais livres de Taubaté e São José dos Campos.

Com algumas restrições, foi produtivo o trabalho dos inspetores. Os respectivos distritos contam unidades em número excessivo para cada inspetor, o que, de algum modo, lhes embaraça o serviço. Com menor número de unidades, ha alguns anos, esta Delegacia já contou quatro inspetorias.

No decorrer do ano, em razão do atrazo constante no pagamento da verba destinada ao serviço de inspeção, este se ressentiu, naturalmente, da falta de meios imprescindiveis para a sua regularidade. Basta referir-se que o adiantamento de janeiro e meses subsequentes, somente foi feito em julho. No 2º semestre houve, ainda, redução dessa verba, continuando a irregularidade no seu pagamento.

E' assunto que convinha fosse resolvido definitivamente para a ordem, uniformidade e eficiência do serviço de inspeção ás escolas, tão necessário para a vida das mesmas.

A orientação e a fiscalização exercidas pelos inspetores não podem sofrer solução de continuidade, pois é um trabalho permanente e ativo.

O atual sistema de orientação e fiscalização dos inspetores deveria obedecer a um plano mais uniforme, com pequenas modalidades concernentes ás condições próprias de cada Região. Cada Delegacia, nesse serviço, adota maneira diferente no seu controle. Deveria ser generalizado o que melhor lhe consultasse a eficiência. Ha inspetores que produzem mais, há os que produzem menos e, ainda, os que, na realidade, nada produzem. Não é muito incomun verem-se, numa mesma Delegacia, distritos prósperos, bem organizados, com seu funcionamento regular e preciso, e outros em que os abusos e as irregularidades são frequentes. Por motivos que não vale a pena referir, nem sempre as Delegacias dispõem de autoridade suficiente para corrigir esse estado de coisas. Mas o Departamento pode melhorar o serviço de inspeção e fiscalização das escolas, estabelecendo amplas medidas de caráter geral.

4 - AUXILIARES DE INSPEÇÃO -

São em número de 15 os auxiliares de inspeção da Delegacia Regional do Ensino de Taubaté. A' exceção do auxiliar de Taubaté, que é adjunto, os outros são diretores de grupo escolar.

Não se faz mister repetir aqui as atribuições de tais autoridades, aliás meramente burocráticas. Com um pequeno aumento de gratificação, pois a atual é muito reduzida, seria possível ampliar-

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

EXEMPLARES DE EXERCÍCIOS

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

... e a finalidade principal é a de...

... para a melhoria do ensino...

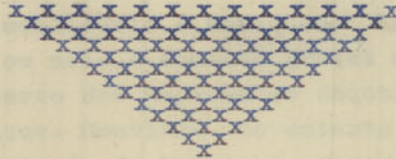
se-lhes as atribuições de maneira a torná-los mais eficientes como auxiliar direto ao trabalho do inspetor: fiscalização de escolas municipais e particulares, mórmente nos núcleos estrangeiros - entre outros encargos que uma regulamentação adequada estabelecer.

5 - OS DIRETORES DE GRUPO ESCOLAR

Podemos afirmar, por efeito de observação própria e de relato verbal de colegas encarregados de idêntico serviço de inspeção que, em grande maioria, é ineficiente o trabalho dos diretores de grupos. Cuidam mal de suas obrigações, obrigações que a natureza e importancia do cargo mandam sejam executadas com pertinácia e devotamento. Sobretudo quando elas se encontram exaradas em leis e regulamentos. E' uma obrigação. No entanto, - e estamos constatando fatos - ha funcionários que descumrem de seus deveres, cumprindo-os mal ou não os cumprindo, causando, com essa desídia, a desorganização do serviço, e dando péssimo exemplo a seus subordinados, com o tirar-lhes o estímulo e o entusiasmo para as boas iniciativas. Por outro lado, a fiscalização das autoridades superiores se ressentem da falta de uma assistência mais constante e persuasiva, em razão de outras atribuições que lhes tomam inteiramente o tempo. Eis porque, como aliás já vimos acentuando de ha muito, na qualidade de inspetor escolar - se impõe a necessidade de o Departamento estabelecer normas padronizadas e obrigatórias de atividade aos diretores de grupo, em que devam dar contas pormenorizadas de seus trabalhos de orientação no estabelecimento, de sua assistência aos adjuntos, da observância, enfim, de seus deveres diários. Não raro, os diretores de grupo escolar se afastam totalmente de suas funções precípua de orientador do ensino no estabelecimento, subestimando-as, para se converterem tão somente em administradores, preocupando-se, numa quasi exclusividade, com assuntos, a certos respeito de subalterna importância, e que lhes absorvem o tempo, estirizando-lhes a atividade.

Já se ouviu de uma alta autoridade escolar que os deveres e obrigações desses funcionários se acham discriminados nos códigos e regulamentos de ensino e que, ás autoridades de inspeção, incumbe fiscalizar-lhes o cumprimento, - resultando que a inobservância desses deveres, por parte dos diretores, importa, sinão em conivência, pelo menos em tácita consentimento das autoridades fiscalizadoras. Não é isso verdade. Temos, em primeiro lugar, (embora um concurso anual procure regularizar-lhes as nomeações e remoções) que muitos diretores não são nomeados de harmonia com seus méritos e aptidões pedagógicas e administrativas. Por isso, ás mais das vezes,

um deslocado, não estando á altura da delicadesa e responsabilidades do cargo. Sem nenhuma capacidade de orientação, porque lhes mingúam recursos intelectuais, sem a mínima bagagem pedagógica, deixam o ensino em plano secundário, ou dele se descuram total e definitivamente, para, como já se disse linhas atrás, se preocuparem com assunto de muito pouca monta no estabelecimento. Enquanto perece o ensino, perece a disciplina, amontoam-se as irregularidades, surgem casos, ás vezes de deploraveis consequências, e a alta finalidade do ensino educativo e instrutivo se reduz a coisa nenhuma. Ha fatos infelizmente comuns, e que a experiência já nos habituou a observá-los. Remédio? Regulamentar com energia, com desassombro, com honestidade o defeituoso processo atual de nomeações e remoções de diretores, inspetores e delegados, - com uma preocupação exclusiva de preservar o ensino de influências esterilizadoras. E para atenuação do mal, cujos efeitos crescem de ano para ano, - que as obrigações de uns e outros sejam rigorosamente taxativas e rigorosamente fiscalizadas consoante suas atribuições e o grau de hierarquia.



na realidade, não estando à altura da delicadeza e responsabilidades
do cargo. Sem nenhuma capacidade de orientação, porque lhes faltava
experiência prática, sem a mínima bagagem pedagógica, deixam o en-
sino em plano secundário, ou até na ausência total e desleixada-
mente, como já se disse linhas atrás, se preocuparam com assuntos
de muito pouco monta no estabelecimento: pagamento de pessoal e outras ne-
cessidades disciplinares, emagrecimento de despesas, etc., em vez de
preocuparem-se com a melhoria da qualidade do ensino, com a
atualização dos métodos e técnicas, e a alta qualidade do ensino, de-
monstrando que a experiência já nos habituou a observar nos
estabelecimentos, com frequência, com desassombro, com honestidade e deli-
ciosa preocupação atual de melhorar a qualidade de ensino, inspetores
e delegados, - com uma preocupação exclusiva de preservar o ensino de
qualidade estabelecido. E para assegurar o mal, outros alunos
criados de ano para ano, - que as condições de um e outro sejam ri-
gorosamente taxativas e rigorosamente fiscalizadas, com o intuito
de melhorar e o grau de instrução.



7 - ORIENTAÇÃO DO ENSINO

A atual orientação do ensino compete, em primeiro lugar, sob o ponto de vista hierárquico, ao Diretor do Departamento de Educação, que o superintende em todo o Estado, articulando-o com as outras autoridades, a quem incumbe distribuí-lo e fiscalizá-lo nas diversas regiões. As Delegacias, subordinadas diretamente ao Departamento, têm a função de manter, entre êste e as autoridades que delas dependem, a necessária harmonia e uniformidade afim de que o ensino resulte eficiente pela sua equilibrada distribuição. Os inspetores escolares, em muitas regiões em número que está longe de consultar as suas necessidades reais, são, por sua vez, órgãos orientadores e fiscalizadores, agindo sob ordem direta das Delegacias, de quem são agentes imediatos. Vêm, por fim, os diretores de grupo escolar e os auxiliares de inspeção, êstes últimos, no entanto, com atribuições muito reduzidas na tarefa orientadora. Têm funções mais burocráticas. Pelo quadro acima de atividades, guardada a indispensavel harmonia e equilibrio entre elas, pela própria natureza de cada uma, está-se a ver que a entrosagem deve ser perfeita, completa.

A prática, contudo, não nos anima a prosseguirmos nessa cadência. Urge um estudo consciencioso, meditado, em que a experiência, sábia conselheira, possa falar sem que o pedantismo das citações de pura literatura pedagógica interfira para aconselhar esboços, planos, medidas, para nós de problemático succésso. Não que devamos atermos exclusivamente ao empirismo, mas ha ótimas lições a aproveitar na longa observação que cada um de nós, em constante labuta, vêm quotidianamente colhendo em seára esplendida. Questão, tão sómente de coordenar esforços que vivem dispersos e mal aproveitados.

Sob o ponto de vista administrativo, no que se refere á duplicidade de funções das autoridades do ensino, fez-se algum progresso de algum tempo a esta parte, conferindo-se aos auxiliares de inspeção, em geral, as atribuições administrativas dos inspetores para reservarem a êstes, com acêrto, funções puramente técnicas. Perduram no entanto, atualmente, algumas falhas, neste particular, que precisam ser suprimidas. Queremos referir-nos, principalmente, ao número excessivo de unidades escolares entregues a uma única autoridade, o que lhe embaraça sobremodo o trabalho de orientação. Em consequência, a fiscalização do ensino tem-se tornado tambem precaríssima, dando em resultado abusos de toda sorte no que respeita á assiduidade dos professores nas escolas isoladas. E' êste ponto capital que merece estudo demorado para ser, em definitivo, resolvido em beneficio de

maior rendimento do ensino.

A orientação dêste tem-se exercido através de visitas muito irregulares, pelas causas acima apontadas e, muitas vezes, também, por falta de contrôle mais severo por parte das autoridades superiores. Mas é bem de ver que, afóra essas causas, ha uma outra que não podemos deixar de levar em linha de conta, e que se refere á deficiência de verba para que as visitas se tornem mais frequentes, além da constante irregularidade com que o pagamento da mesma vem sendo autorizado. Outro meio de orientação se assenta nas palestras pedagógicas, de que já falámos no devido lugar quanto á sua eficiencia e resultados.

Medidas aconselháveis:

- a) - Melhor entrosagem nos trabalhos de orientação do ensino, ajustando-se e distribuindo-se, uniformemente, entre as autoridades a quem incumbe exercê-los.
- b) - Atribuições aos inspetores de funções puramente técnicas e fiscalizadoras.
- c) - Redução e melhor distribuição das unidades escolares, com um aumento razoavel do número de inspetores.
- d) - Regularidade no pagamento das verbas de inspeção escolar.

3 - O RENDIMENTO ESCOLAR: Alfabetização, promoção e o problema dos repetentes.

Problema dos repetentes:

Causas das reprovações:

Ainda é particularmente elevado o número de repetentes em as nossas escolas. As estatisticas aí estão para confirmá-lo.

Ao apreciarmos as causas das reprovações assinalâmos que são quasi todas removíveis. Necessário, apenas, que não nos limitemos a uma apreciação teórica do problema. Estudados os meios de combatê-las, e delineados os planos respectivos de ação, vamos resolutos ao fim do objetivo.

Os casos patológicos que dificultam o rendimento do trabalho escolar e são, portanto, responsáveis pelas reprovações não constituem, propriamente, problema sério a enfrentar, em virtude de não serem muito comuns. Outras avultam de importância e frequência, como os que se relacionam a causas higiênicas, psico-pedagógicas, administrativas e sociais: Nos meios rurais, sobretudo em zonas pobres, onde ha carência de recursos, e onde, por isso mesmo, abundam moles-

tias endêmicas depauperantes, e onde não se observa o mais rudimentar conforto, - as crianças que frequentam as escolas são, em impressionante percentagem, incapazes do menor esforço mental. Aprendem com extrema dificuldade. Por outro lado, os pais ou responsáveis dessas crianças, por ignorância, por incompreensão dos deveres, e, ainda, - mórmente nesta zona do Vale do Paraíba, - em razão da falta de recursos, dificultam a matrícula e a frequência dos filhos ou parentes nas escolas, sob pretexto, - que não é incomum - de que necessitam do auxílio dos mesmos nos trabalhos da lavoura. E, não raro, os proprietários de fazendas, administradores e colonos facilitam essa evasão das escolas porque, admitindo menores a seu serviço, obtêm, com sensível redução de salários, quasi o mesmo rendimento de um adulto em certos mistéres. Ha uma lei que regulamenta o trabalho de menores, e que tem sido burlada com frequência talvez por deficiência ou dificuldades de fiscalização. Junte-se a tudo isso a mudança constante de professor, a sua falta de assiduidade, por licenças nem sempre justificaveis, e ausência abusiva do trabalho, a sua falta de entusiasmo e de dedicação, - e tem-se o quadro completo das causas de pouco rendimento escolar, que, embóra de solução radical difícil, pódem e devem ser atenuadas.

Nos grupos escolares, em grande maioria situados em lugares onde, de algum modo, abundam recursos, já êsses fatores são de muito reduzidos. Em alguns dêles há até assistência médica permanente, assistência dentária, que, aliás, devia ser melhor regulamentada, sopa escolar, distribuição diária de lanches, fornecimento de roupas, de uniformes e agasalhos para as estações de frio, - tudo numa louvavel preocupação de dar ao aluno pobre o conforto necessário a predispô-lo bem para o trabalho escolar, tornando-o ativo, entusiasmado e interessado. Ainda assim, prevalecem, embóra em menor percentagem, as causas determinantes do pouco rendimento nos grupos e escolas urbanas. Resultam de outras causas, como, por exemplo: defeituosa seleção dos alunos na organização das classes, que é feita de modo arbitrário, sem um critério básico a presidir trabalho de tão grande importância; distribuição, igualmente arbitraria dos adjuntos por classes, não se cogitando de atender ás condições particulares de cada uma, sua maior ou menor capacidade para o trabalho alfabetizante, estado de saúde, idade etc, elementos, que á luz de uma apreciação inteligente da parte do diretor do estabelecimento, póde, em muitos casos, decidir do rumo seguro ou incerto dos trabalhos no decorrer do ano.

Sôbre o início da carreira do professor como causa determinante de sua boa ou má atuação, de futuro, no magistério, entendemos que uma cuidadosa regulamentação relativa á vida dos substitutos efetivos nos grupos escolares póde, em muitos casos, deci-

dir da sua aptidão. Um professor novato, ao travar conhecimento com os alunos de uma classe, necessita de um guia, de um orientador que o afeiçõe á prática de seus deveres, de maneira a tirar todo o partido de uma conduta discreta, segura e rica de observações. Não lhe bastam, para isso, as lições colhidas durante o tirocínio escolar. Estas apenas lhe mostram o caminho sem quasi desbravá-lo. O contácto diário com a classe e com os alunos, o interêsse que seu trabalho incipiente lhe vai, dia a dia, despertando, as sugestões e conselhos de um orientador solícito e capaz constituem remate feliz á obra que a escola realizou. Mas todos sabemos como decorre a vida de um substituto efetivo na maioria dos grupos escolares. Designam-lhe esta ou aquela classe para sua praticagem, simplesmente isso. Via de regra, os adjuntos: ou lhe confiam tarefas secundárias de correções de cadernos, auxilio á disciplina, ou nada lhe atribuem na classe, decorrendo-lhe, assim, o tempo na maior das sensaborias, entediando-o e fazendo-o aborrecer a profissão, logo de início. O regulamento escolar bem poderia estabelecer-lhe tarefas em classe, sem prejuizo das funções ordinárias do adjunto, não ficando mais, ad libitum,^{dos diretores} a distribuição de serviço ao substituto, sinão no que se refêre a questões de ordem administrativa.

No capítulo referente ás dificuldades encontradas pelos estagiários para sua fixação no local da escola, já focalisamos o assunto da permanência do professor e da sua assiduidade. Estão na razão direta das facilidades que encontram no bairro ou fazenda, no acolhimento que lhes fazem e no auxilio e incentivo das autoridades escolares. Consulta melhor os interêsses do ensino uma permanência mais prolongada do professor na séde da escola para ter tempo de adatar-se vantajosamente ao meio, desfazendo impressões erroneas a seu respeito, para se pôr em entendimento mais repetido com os páis dos alunos, o que, afinal, resulta em benefício de todos: melhor matrícula e melhor frequência, maior conforto e consideração ao professor, maior assistência aos alunos, traduzindo-se tudo, afinal, em maior rendimento de trabalho.

Outra causa é a que se refêre á redução do período escolar diário, como consequência do tresdobramento de classes. Com efeito, as três horas destinadas ao trabalho escolar são insuficientes para um aprendizado razoavel das materias constantes do actual programa de ensino. Mesmo com horários adequados, e por melhor organização que tenham, a escassez de tempo tem que influir no rendimento do trabalho escolar, enfraquecendo-o. Mas, sómente uma situação financeira de completo desafôgo para o Estado poderá habilitá-lo a construir prédios em número suficiente ás necessidades sempre crescentes das matrículas, fazendo desaparecer, de vez, a solução de emer-

gência que é o trespdobramento do período escolar.

Reclamam alguns professores que ha verdadeiro êxodo nas suas escolas, por ocasião de colheitas, em que outros afazeres em casa ou nas roças, lhes distraém os alunos. Dão como uma das causas do baixo rendimento escolar. O assunto já foi mais de uma vez discutido, e, por efeito disso, resultou que, em certa administração do ensino, o período de férias ficou alterado, estabelecendo-se época própria para elas, nas diversas regiões do Estado, quando mais intensos eram aí os trabalhos da lavoura. A providência, contudo, não foi perduravel, voltando-se logo á uniformização do período de férias, que é o que se encontra atualmente em vigor. Sem pretendermos oferecer razões para nova alteração, convinha, no entanto, fosse reavivado o assunto para uma discussão ampla da conveniência ou inconveniência da adoção daquela medida.

A falta de material escolar ou a simples insuficiência dêle, como é facil de ver, retarda a marcha do ensino. Felizmente, porém, as dotações, tanto quanto possível, têm sido regulares, suprindo-se as deficiências, nos grupos, com o auxílio das Caixas Escolares, instituição que bem poderia estender-se ás escolas isoladas, si não a todas, a um grande número delas.

O fator econômico-financeiro, que é o grande responsável dos maiores fracassos do ensino, mórmente em países pobres e onde, ainda, não se puderam aproveitar todos os recursos com que os dotou a natureza, não é facilmente sanavel. De maneira que todos os projetos, planos, medidas de solução para os nossos problemas, têm que ater-se ás nossas possibilidades econômicas.

A cooperação dos páis, si a pudéssemos obter de maneira ampla e fácil, determinaria um grande auxílio para a tarefa educativa do professor, que, dess'arte, a veria prolongada lar a dentro. Mesmo onde essa cooperação tem sido facilitada, pelas condições particulares do meio, seu aproveitamento é puramente hipotético na atualidade. Fundaram-se para isso associações de páis e mestres que, inexplicavelmente, tiveram efêmera existência, não se podendo avaliar, num panorâma mais extenso, dos seus resultados práticos. A cooperação em sentido inverso, se assim se pôde dizer, tem sido mais frequente...

Embóra conste invariavelmente dos códigos e regulamentos escolares a obrigatoriedade do ensino, ela não se tem efetivado na prática em virtude de causas múltiplas e complexas. É muito comun, mesmo nas cidades, quanto mais nos bairros distantes, - verem-se crianças em idade escolar, que não frequentam escolas, a despeito da ação tenaz de muitos diretores de grupo e professores, no sentido

de procurar arrolar-lhes os nomes para as matrículas. Recalcitram os páis, não se intimidando antes as ameaças das autoridades escolares, que êles sabem não disporem elas de meios para convertê-las em penalidades. Correlativamente, a questão da frequência irregular traz os mesmos embaraços, constituindo causas suficientes de prejuizos para a produção escolar. O assunto merece seja debatido com interêsse.

ALFABETIZAÇÃO - A melhoria da técnica do professorado está condicionada á do seu preparo nos cursos de formação profissional. No capítulo referente ás escolas normais livres assinalámos, para lamentar, a ausência da cadeira de português nos dois anos daquêle curso. Um professor que não sabe exprimir-se com correção na sua própria lingua, e que encontra penosa dificuldade para redigir, como, infelizmente, é comun verificar-se, - não tem a menor base para o estudo, nem, portanto, para desenvolver sua capacidade aquisitiva de conhecimentos. Importa, pois, que êle se habilite, preliminarmente, para poder melhorar a sua técnica de ensino

Quanto á orientação de um órgão técnico central seria necessário que não lhe atribuissem outros encargos além das suas funções orientadoras para que elas se possam exercer com desembaraço e eficiência. Êsse órgão técnico central por-se-ia em permanente contacto com as Delegacías, por meio de reuniões, parciais ou em conjunto, dos respectivos delegados, remessa de publicações adequadas, controle de um serviço estatístico minucioso sôbre o ensino em geral, em fim, tudo que lhe pudesse tornar a tarefa ativa, constante e eficiente.

Relativamente á autonomia didática entendemos, de um modo geral, que ela não resolve nossos problemas de ensino. Aliás, preconizando-se o estabelecimento de um órgão técnico central, como orientador, temos que ela não tem cabimento, mesmo por ser muito relativa.

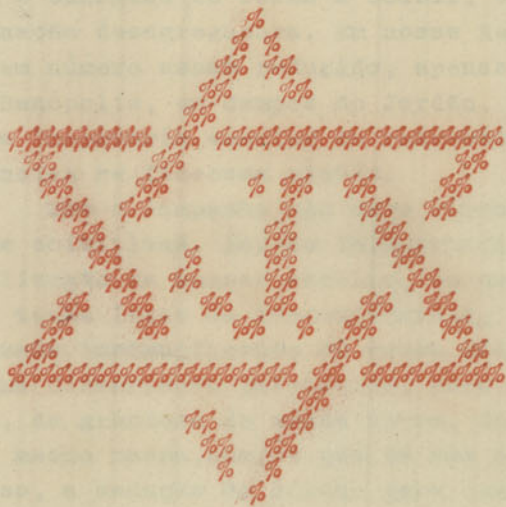
PROMOÇÃO - No capítulo referente a exâmes e horários falámos sôbre o critério atual de promoções, critério que tem dado margem a irregularidades, principalmente quanto á faculdade de promover por um simples julgamento das provas de verificação mensal, no caso de não comparecimento do aluno.

Supomos que a organização de questões, e critério de julgamentos uniformes para os exâmes finais na Região vêm trazer-lhes sensível e benéfica vantagem. Como consequência, aumento das possibilidades de um julgamento mais objetivo.

Não nos parece que os testes pedagógicos ou de escolaridade, para verificação do aproveitamento do aluno, possam subs-

tituir, com muita vantagem, as provas tradicionais. Aplicam-se, mais, como elementos subsidiários. Se pudessem, já de ha muito seu uso teria sido introduzido nas escolas do Estado, não a título de experiência, e facultativamente, mas figurando nos programas oficiais.

Já houve tempo, ha uns dez anos mais ou menos, que os testes andaram em voga, tendo larga e abusiva aplicação porque feita sem exatidão e medida. Dado frequentemente em aula o teste habilita o aluno á economia de tempo, o que realmente representa vantagem para a realização mais desembaraçada dos exâmes finais, o que não acontece atualmente. Mas, a par disso, encontram os professores certas dificuldades na sua aplicação, mórmente nos meios rurais, porque esta precisa ser metódica e calcada nos conhecimentos progressivos que o programa irá suprimindo aos alunos.



9 - A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E O ENSINO CÍVICO.

Graças á campanha patriótica em bôa hora encetada pelos altos poderes estaduais e federais, no tocante a questões de nacionalismo, já vamos tendo melhor compreensão da necessidade de nos preservarmos contra certas influências alienígenas tão prejudiciais á nossa soberania. Em razão de nossa desídia no passado, muitos núcleos estrangeiros tiveram larga infiltração nos meios nacionais, absorvendo-os em detrimento de nossa expansão, que devêra ser tão sómente adequada aos nossos costumes, tradições e influências puramente nossas. E nenhuma outra providência assume caráter de maior importância, como obstáculo sério áquelas perigosas infiltrações, que a da nacionalização do ensino. Em nosso Estado, nos núcleos de maior aglomeração de estrangeiros, a ação repressora das altas autoridades escolares, com referência ao funcionamento clandestino de suas escolas, tem sido constante e enérgica de fôrma a coibir, tanto quanto possível, a sua disseminação desagregadora. Em nossa Região, onde êsses núcleos são ainda em número assáz reduzido, apenas uma escola da Colonia Japonêsa de Renópolis, em Campos do Jordão, teve seu funcionamento suspenso pela inspetoria escolar do respectivo distrito, sem que outras providências se fizessem mistér.

Mas a campanha não deve circunscrever-se exclusivamente a medidas coibitivas. Faz-se imprescindível uma propaganda intensa da nacionalização de nossas escolas, em que o culto cívico dos nossos maiores tenha lugar de preponderância; em que a menor ocorrência, o fáto mais insignificante de nossa vida cívica possa ser aproveitado para uma dissertação patriótica, para uma exaltação do valor da nossa gente, da grandesa de nossa terra, de seu futuro político e econômico. Ao mesmo passo, cumpre que de nós é que parte a propaganda do que é nosso, a sedução do ádvena para que se adate aos nossos costumes e á nossa civilização, aceitando-a e servindo-a sem idéas de dominio, ou de opposição de fôrmas ideológicas de Governo. Que se aceite a sua colaboração honesta ás nossas atividades, mas restringindo-se-lhe e anulando outras manifestações nocivas á ordem, á paz, e á segurança nacionais.

O livro será, naturalmente, instrumento magnífico de propaganda, um livro bem escrito, de idéas sãs, de assuntos atraentes e que mostre ao estrangeiro, de maneira simples e interessante, os mais gratos aspéctos de nossa vida, mórmente do meio rural, por onde êle se sintatraído e onde se fixe, integrando-se aos nossos costumes, deixando-se absorver por êles. Ao professor dedicado e di-

ligente, embuído de idéas sãs, patrióta e construtor, cumpre secundar, por uma ação vigilante e inteligente, a obra nacionalista do livro.

Em 7 de setembro último, em que o dia da Pátria foi comemorado com entusiasmo vibrante em todo o território brasileiro, houve, na dita Colonia Japonêsa de Renópolis, em Campos do Jordão, ruidosos festejos escolares e esportivos, em que tomaram parte o inspetor escolar do distrito, a professora da escola citada e três ou mais professoras de escolas visinhas, muitas famílias e pessoas gradas de Pindamonhangaba e Campos do Jordão. A respectiva Colonia Japonêsa associou-se a êsses festejos numa tocante solidariedade, exibindo-se em números esportivos e literários, em língua nacional, cantando, com os presentes, o hino da Pátria. Registamos o fato porque nos pareceu constituir proveitosa propaganda cívica precisamente num meio em que ela devêra exercer-se, interessante e profícua.

10 - COMEMORAÇÕES ESCOLARES

Realizaram-se regularmente na Região, de acôrdo com as determinações vigentes. As datas de maior significação, notadamente a que se refere ao acontecimento culminante da História Pátria: a sua emancipação política, e a da instituição do Pavilhão Nacional sempre tiveram comemoração condigna. Os estabelecimentos de ensino, além das habituais preleções em classes, organizaram programas comemorativos com concorridas sessões cívicas, concentração e desfile de escolares. Estas festividades vêm, ultimamente, despertando maior interesse público, não sómente por se terem realizado fóra dos estabelecimentos como por haverem contado com o apoio e colaboração entusiasticos das autoridades civis e militares. E pelo cunho de acentuado nacionalismo de que as mesmas se têm revestido, elas têm servido de ótimo veículo de propaganda cívica entre o povo. Dess'arte, a sua grande finalidade tem sido atingida de maneira sugestiva e empolgante. De futuro, sob a ação persuasiva das autoridades escolares, haveremos de conseguir sejam tais comemorações extensivas a todas as escolas rurais, mesmo ás situadas em lugares distantes dos centros afim de que despertem, na alma simples e bôa dos nossos patricios, dos campos e das roças, os mesmos sentimentos de patriotismo que falam tão bem aos corações dos homens das cidades.



11 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E HIGIENE E PUBLICIDADE

A educação física, tão preconizada, e hoje em assinalável progresso nas escolas secundárias do país, não tem tido nos estabelecimentos primários de ensino, o desejável desenvolvimento. É irregular, falho, contraproducente. Em muitos grupos escolares como vamos observando, a educação física tem-se adstrito, quasi exclusivamente, aos chamados jogos ginásticos, em que ha correrias, atropêlos, cansaço, ficando, ademais, as crianças, entregues a si próprias, sem uma orientação, uma assistência solícita e capaz. Quando não, socorrem-se os respectivos diretores do auxilio de militares para a prática da educação física nos estabelecimentos, mais para efeito decorativo nos desfiles das comemorações cívicas. E são dias, meses perdidos nesses ensaios preparatórios, sem nenhuma finalidade propriamente educativa. São fatos de observação quotidiana.

Na Região ha apenas 4 ou 5 professores especializados, trabalhando, cada qual no grupo onde é adjunto, com o encargo de dar aulas de educação física, para o que lhe ha um aumento de 100\$000 mensais nos respectivos vencimentos. Isso nada ou quasi nada representa para satisfação das necessidades de toda a Região em matéria de educação física. Convinha que esse número fôsse grandemente augmentado de fôrma a cada municipio, si possível, poder contar com um professor especializado. Quanto aos pequenos, poder-se-iam agrupar em número de três ou mais municípios para que nêles, e alternadamente, o ensino de educação física fosse confiado a um único professor.

Quanto á higiene, entendemos dever-se-ia, preliminarmente, intensificar a observância rigorosa de seus preceitos, no tocante ao asseio corporal dos alunos, alimentação e vestuário. Nem sempre é agradável, nêsse aspecto, a apresentação dos alunos em classes, quer nos grupos, quer nas escolas isoladas. Ha negligência e desalinho no vestuário, falta de asseio e cuidados pessoais, que poderiam ser removidos por meio de uma assistência inteligente e discreta da parte do professor, mas constante, minuciosa, sempre que se fizesse oportuna. Porque em geral, certas práticas, sejam de higiene ou de simples disciplina na classe ou no estabelecimento, no começo são cuidados com interêsse e até entusiasmo para, á medida que o tempo decorre, irem sendo relegadas, gradativamente, ao olvido.

As aulas de higiene, portanto, deveriam obedecer a uma applicação imediata de seus salutaes preceitos, a par com as demonstrações e conselhos sôbre as suas grandes vantagens para a defesa e manutenção da saúde.

A educação física, tão preconizada, e hoje em geral
 através dos programas das escolas secundárias do país, não tem sido nos
 estabelecimentos primários de ensino, o desejável desenvolvimento. E
 irregular, tanto, contraproducente. Em muitos grupos escolares como
 nos observamos, a educação física tem-se adaptado, quase exclusiva-
 mente, aos chamados jogos elementares, em que há correrias, estroféias,
 corridas, brincadeiras, etc. crianças, entregues a si próprias, sem
 um planejamento, uma assistência científica e técnica. Quando não, ocor-
 rem-se os respectivos diretores do ensino de muitas para a prática
 os de educação física nos estabelecimentos, mais para efeito de apor-
 tivo nos horários das comemorações civis. E são dias, meses por-
 tados há pouco anuais preparatórios, sem nenhuma finalidade pedagó-
 gica educativa. São fatos de observação quotidiana.

Na Região de Aracaju com 5 professores especiali-
 zados, trabalhando, cada qual no grupo onde é designado, com o ensino de
 da sua escola de educação física, para o que dispõe um número de
 1500000 alunos nos respectivos estabelecimentos. Isso nada ou quase nada
 representa para a Região de Aracaju, de toda a Região em mate-
 ria de educação física. Convinha que esse número fosse grandemente au-
 mentado de forma a cada município, se possível, poder contar com um
 professor especializado. Quanto aos parâmetros, poder-se-iam estudar em
 número de três ou mais municípios para que haja, e alternadamente, o
 ensino de educação física fosse confiado a um único professor.

Quanto à higiene, entendemos dever-se, primeiri-
 zadamente, intensificar e observar as técnicas de seus professores, no
 tocante ao ensino corporal dos alunos, alimentando e vestuário. Nem
 sempre é satisfatória, nesse aspecto, a orientação dos alunos em clas-
 sa, quer nos grupos, quer nas escolas isoladas. Há negligência e ta-
 lante no vestuário, falta de higiene e unidades pessoais, que pode-
 riam ser removidos por meio de uma assistência higiênica e discipli-
 na parte do professor, mas constante, minuciosa, sempre que se fizer
 no cotidiano. Por que em geral, certas práticas, sejam de higiene ou de
 outras disciplinas de classe ou no estabelecimento, se cessarem são qui-
 sadas com infatigável e até entusiástico zelo, é medida que o tempo decor-
 re, ficam sendo reiteradas, gradativamente, ao nível.

As aulas de higiene, portanto, deverão obedecer a
 princípios ligados às suas atividades práticas, e por isso as mesmas
 deverão ser conhecidas antes de suas primeiras experiências para a obtenção e
 manutenção de saúde.

Já fez parte dos nossos programas de ensino primário a puericultura. Convinha fosse restabelecida, mesmo como complemento das aulas de higiene em geral, a que se acha intimamente associada. Mas que suas aulas não se atenham tão sómente a referências ou descrições simples e inócuas, como é de habito, mas, tanto quanto possível, dando-se-lhes cunho prático, com exemplos elucidativos e convincentes.

12 - AS ORGANIZAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA

Para maior relevo e eficiência dos objetivos das atividades educacionais, as organizações auxiliares da escola são hoje imprescindíveis. Pena é que sómente as Caixas Escolares - tenham constituído objeto de regulamentação, que, aliás, precisa ser melhorada para poder proporcionar, ainda, maior soma de benefícios. Sobretudo, o que tem decidido de seu grau de prosperidade é o controle exercido sobre o funcionamento das mesmas. A vida dessas instituições não tem ficado, felizmente, ao arbitrio dos seus diretores, posto que, em alguns casos, elas não se tenham realmente ajustado ás exigências de sua finalidade. Existem caixas escolares com um saldo decorativo apreciável apenas para figurar com brilho e preeminência nos quadros estatísticos, enquanto, no próprio estabelecimento, avultam necessidades que não são mitigadas. Mas isso depende unicamente de uma regulamentação mais minuciosa. As cooperativas escolares vão em progresso, sendo de salientar que na Região, em dois grupos escolares, notadamente, no de Quiririm e no de Santa Branca, elas tiveram surtos assinaláveis. E' preciso que uma regulamentação também as ampare, estimule e propague, maximé nos estabelecimentos de avultada matrícula dos meios operários. O mesmo se dá com as bibliotecas infantís, instituição que até hoje não encontra uma regulamentação que a coloque sob controle único para efeito da uniformidade de seu funcionamento, seleção de obras, maneira de sua aquisição etc. Os clubes agrícolas, para que atinjam a sua finalidade eminentemente educativa, mórmente sob o seu ponto de vista de economia, precisam ministrar conhecimentos práticos de cultura, ensinando a lavrar a terra, o plantío, a irrigação, o uso de adubos etc., o que exige terreno adequado e tempo para essas atividades. Dentro do horário escolar, não é possível porque viria perturbar a disciplina no estabelecimento e prejudicar, como já se tem verificado, o funcionamento normal de outras aulas.

Por fim, as associações de páis e mestres, que, ha alguns anos, tiveram a sua época em muitos estabelecimentos de ensino, foram, pouco e pouco, desaparecendo até que nem se voltou a falar mais nelas. Já dissemos e com maior convicção repetimos: essas instituições, todas de comprovado valor educativo, não podem ficar á

... as linhas curvas praticas, com exemplos elucidativos e convenientes.
... e indunas, como o de habito, mas, tanto quanto possível, de
... e que suas linhas se estendam no momento a particular ou descriptiva
... as unicas de piziana em geral, a que se acha intimamente associada.
... e caracteristica, convivia, e para estabelecer, mesmo como complemento
... as linhas curvas praticas, com exemplos elucidativos e convenientes.

AS ORGANIZAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA

Para maior relevo e eficiência nos objectivos das actividades educacionais, as organizações auxiliares da escola são hoje imprescindiveis. Uma é que denominamos Caixa Escolar - embora com o intuito de objecto de rendimento, que, aliás, precisa ser melhorada para poder proporcionar ainda maior soma de beneficios. Oposto a isto tem decidido de seu grau de prosperidade e o contrario exercido sobre o funcionamento das mesmas. A vida escolar instituida não tem grande, talmente, no sentido das actividades, posto que, em algumas escolas, elas não se tomam realmente ajeitadas as actividades de ensino. Existem caixas escolares com um lado descriptivo e outro apenas para figurar com bilho e presentinhos nos quadros estatisticos, enquanto, no proprio estabelecimento, muitas necessitam de que não são realizadas. Mas isso depende unicamente de uma organização mais eficiente. As cooperativas escolares são em grupos escolares, sendo de estabelecer que na realidade, em dois grupos escolares, não se dá a utilidade e no de Santa Helena, onde vivem alunos de diferentes. E preciso que uma regulamentação sempre se empre, e esta é a proposta, maxime nos estabelecimentos de ensino matutino e no ensino operarios. O mesmo se dá com as bibliotecas infantis, onde se não encontra uma regulamentação da a escola e do contrario tanto para efeito de melhorias de seu funcionamento, quanto de outras, maneira de sua organização etc. Os clubes escolares, para que sejam a sua finalidade eminentemente educativa, mormente nos o ponto de vista de economia, precisam manter conhecimentos praticos de cultura, ensinando e ferver a parte, e plantio, e a agricultura, o que exige terreno adequado e ferramentas essas actividades dentro do horario escolar, não é possível que se queira desenvolver a disciplina no estabelecimento e praticar, e de se tem verificado, o funcionamento normal de outros clubes. Por isso, as associações de pais e mestres, que, em alguns casos, tiveram suas épocas em melhores estabelecimentos de ensino, podem e devem, desenvolvendo-se que não se volte a fazer mais coisa e com maior convicção, tendo em vista a importância de suas actividades, todas de comprovado valor educativo, não sendo, porém, a

mercê de iniciativas isoladas. Têm vida efêmeras por falta do necessário apoio, aliás, mais de ordem moral, das autoridades superiores. De modo que elas devem subsistir animadas por uma regulamentação oficial que lhes rítme a existência, coordenando-a, metodizando-a para maior abundância de seus benefícios.

13 - A EDUCAÇÃO PRÉ- PRIMARIA

A educação pré-primária que compreende as escolas maternais e os jardins de infância, ainda não está difundida como seria de desejar, havendo no Estado pequeno número de escolas oficiais desse tipo. As particulares não obedecem às exigências pedagógicas reclamadas para a sua finalidade e têm, por isso, organização precária. Funcionam em geral em cursos anéxos a estabelecimentos de ensino dirigidos por congregações religiosas.

14 - AS REUNIÕES MENSAIS DE INSPETORES

As reuniões mensais de inspetores contribuem eficazmente para manter uma ligação íntima entre a Delegacia e os respectivos distritos escolares, ficando a mesma inteirada, por informações diretas e minuciosas daquelas autoridades, dos assuntos de maior monta da Região, e que necessitam de pronta assistência ou de solução conveniente. Realizadas com esse objetivo, elas habilitam a Delegacia e o próprio Departamento a ficarem conhecendo os problemas de maior interesse em cada Região, o que é necessário para se obter a tão almejada uniformização do ensino, em primeiro lugar, e de todas as medidas de ordem administrativas extensivas às Delegacias.

15 - AS REUNIÕES MENSAIS DOS PROFESSORES DE ESCOLAS ISOLADAS E DOS ADJUNTOS DE GRUPO ESCOLAR.

Intimamente ligadas às reuniões dos inspetores estão as que se referem às dos professores de escolas isoladas e de adjuntos de grupo escolar, porque nelas o inspetor ou o diretor do grupo traduzem o pensamento da Delegacia, ordenando-lhe e sistematizando as providências para que seus efeitos resultem uniformes e profícuos. Mas nas reuniões de professores e de adjuntos ha outra finalidade relevante que é o trato, a prática de assuntos pedagógicos, em que todos devem colaborar com interesse e entusiasmo para melhoria ou renovação dos processos de ensino que necessitam dia a dia ser aperfeiçoados.

Tais reuniões se realizaram com regularidade na Região

Seria de desejar, contudo, que elas tivessem ampla regulamentação do Departamento afim de que, si possível, os temas respectivos fossem comuns a todas as regiões, e gradativamente desenvolvidos, sem que se descurassem os problemas e assuntos pertinentes a cada uma de per si, segundo as suas necessidades e interesses. Aliás, houve um tempo em que o Departamento orientou essas atividades. Si não nos enganamos, foi na administração do Sr. Dr. Almeida Junior, em que êsse notavel educador, traçando os planos das reuniões pedagógicas, lhes forneceu, igualmente, os temas para nelas serem tratados. E com uma assistência permanente de orientação e fiscalização da parte das autoridades escolares, em que o estímulo destas corra parrelha com entusiasmo e dedicação dos professores em geral, colher-se-ão frutos opimos dessa especie de tertúlia escolar.

As bibliotécas pedagógicas, cuja criação e reorganização o atual Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação vem aconselhando com muito empenho, prestarão precioso auxilio para melhoria da cultura dos professores, fornecendo-lhes copioso subsídio para desenvolvimento dos temas e planos de aulas das aludidas reuniões.

Nesta Região, com êsse objetivo, em não poucos municipios, foram creadas bibliotecas para os professores, confiando a Delegacia em que, no decorrer de 1941, elas se multipliquem frutuosamente.

16 - EXAMES E HORÁRIOS

Com pequeninas modificações, que em nada os alteram em substância, vêm sendo realizados os exâmes em as nossas escolas da mesma maneira por que já eram feitos, muitos anos atrás. Tem sido difficil modificar-lhes o sistema, apesar de se repetir, de contínuo, que êles são falhos como elemento apurador da capacidade ou do preparo do aluno. Ha circunstâncias inúmeras e imprevisíveis que dificultam o melhor trabalho nêsse sentido. Vieram os testes e, embóra constituam inegavel progresso na ciência pedagógica, oferecem, por igual, os mesmos embaraços. Até que seja possível encontrar-se um meio eficaz de se avaliar, com justeza, das condições de preparo do aluno para promoção nos diferentes grâus do ensino, contentemo-nos com a introdução gradual, no sistema em vigor, de alterações aconselhadas pela experiencia.

Buas providências, desde logo, se impõem nêsse objetivo: restrição das promoções á vista das provas de verificação mensal (pastas), prática que tem dado margem a abusos, além de que, a rigor,

não constitúe base segura para se julgar do grau de adiantamento do aluno para efeito de promoção. Não é raro encontrar-se aluno que copia com desembaraço e lê com extrema dificuldade.

A segunda consiste, aliás como já foi, em parte, ensaiado em algumas regiões, em atribuir-se a cada Delegacia a tarefa de organização dos pontos para exames, o que traria uniformidade na sua realização, oferecendo, ainda, margem para um julgamento de provas menos arbitrário.

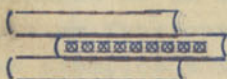
Quanto ao horário escolar, pensamos, salvo melhor juízo, ser aconselhavel em todas as regiões do Estado, a adoção, embóra a título de experiência, do que foi elaborado pelo prof. Henrique Ricchetti, delegado de ensino da 1ª delegacia da Capital, e que foi lido, pelo autor, em reunião dos inspetores do interior. Aliás, segundo informações que tivemos, já está em vigor e com vantagens práticas, nas unidades daquela Delegacia, tal tipo de horário, que vem a ser mais um plano de trabalho diário, em que a divisão do tempo se faz por horas: 1ª hora: Cálculo; 2ª hora: Linguagem; 3ª hora: História, Geografia, Ciências, Desenho, Trabalhos Manuais etc, atendendo-se ás necessidades da classe e do tempo previsto. Já ilustre pedagogo dizia que "o mais importante a respeito de horários é saber cumprí-los"

Ha uma corrente favoravel á supressão dos horários, porque, consoante observaram, o limite do horário se condiciona ao interêsse da criança.

Os periodos escolares significam muita coisa no trabalho infantil, e sobretudo, a questão das pausas de repouso é de máxima importância. Na regulação do tempo das lições devem ser consideradas diversas condições que se relacionam com a idade da criança, a natureza do exercicio, o esforço a ser por ela despendido, etc.

Recomendam, ainda, o centro de interesse que, possibilitando a aplicação de todo o programa, seria ótima maneira de organizar o trabalho escolar.

O horário é uma base, como se diz, para orientar a distribuição das aulas, e esta não póde ser arbitraria nem rígida, subordinando-se a inúmeros fatores e circunstâncias ocasionais.



Já é tempo de qualquer renovação nêsse sentido. Os horários antigos apresentam defeitos que podem, na atualidade, ser corrigidos com vantagens.

17 - A CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICIPIOS E DOS PARTICULARES AO ENSINO.

E' quasi nula, praticamente, a contribuição dos municípios e dos particulares ao ensino, principalmente nesta Região.

As municipalidades são obrigadas a despende até 10% de sua receita anual para o ensino primário. Não o fazem. Pelo menos não o têm feito de forma útil. Em geral, preocupam-se com a criação e manutenção de escolas municipais, em núcleos de reduzida população escolar, com o fim evidente de servir professores que não alcançam classificação no concurso de ingresso. Nem de leve se consulta o interesse público. A escola fica sendo instrumento de acomodação de conveniências locais, e o que é pior, entrando quasi sempre em conflito com as escolas estaduais. Prejudicam-lhes, pela concorrência, o funcionamento em núcleos onde estas, melhor aparelhadas, servem melhor.

Ha alguns anos atrás o Departamento de Educação recomendava ás autoridades do ensino que insistissem junto aos prefeitos, digo ás prefeituras, para que estas, ao envez, de crearem e localizarem escolas municipais, providenciassem a construção de casas adequadas ao seu funcionamento, deixando aquele encargo ao Governo do Estado. Tornar-se-ia auxilio muito mais produtivo, ainda com a vantagem de as municipalidades verem aumentado seu patrimonio. Propaganda, nêsse sentido, foi feita na Região, onde, em algumas cidades, existia, ainda ha bem pouco, número excessivo de escolas municipais. Em Taubaté, séde da Delegacia, contavam-se de 18 a 20 unidades quasi todas noturnas para adultos, sendo que a maioria acusava, na realidade, matrícula ridicula, pois nos boletins e livros de escrituração, figuravam dados inexactos, como, infelizmente, é ainda costume em certas escolas estaduais. A atual administração municipal fez baixar aquele número para 6 escolas apenas, todas bem localizadas e algumas já funcionando em prédios modernos, especialmente construidos. Em Campos do Jordão a Prefeitura Sanitária dali planejou a construção de prédios para as suas escolas municipais, achando-se um dêles, no bairro dos Melos, já pronto e a respectiva escola em funcionamento. Resta que os outros municípios se inspirem nêsses exemplos e tenham iniciativas semelhantes para melhor defesa dos interesses do ensino público.

Quanto á cooperação de particulares, ela se traduz, de quando em quando, em ofertas de aparelhamento para os gabinetes dentários dos grupos escolares, no auxilio ás caixas escolares e na manu-

A CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DOS PARTICULARES AO ENSINO

É quase nula, praticamente, a contribuição dos municípios e dos particulares ao ensino, principalmente nesta Região. As municipalidades são obrigadas a despendar até 10% de sua receita anual para o ensino primário. Isto nunca nos dá o nível de fôlego necessário. Em geral, procuramos com o auxílio de associações de pais e professores que não alcançam resultados no campo de progresso. Não de fato se constitui o interesse da escola. A escola tem sempre o problema de sobrevivência econômica local. É o que é pior, enquanto quase sempre em condições de escolas estaduais, estaduais, para concorrerem, o Estado não em condições de fazer melhor, melhor aparelhadas, melhor melhor.

Em alguns anos atrás o Departamento de Educação recomendava às autoridades do ensino que instalassem tanto nos municípios escolas municipais, providenciadas a construção de casas adequadas ao seu funcionamento, deixando aquela tarefa ao Governo do Estado. Tornar-se-ia então mais produtivo, ainda com a vantagem de as municipalidades serem auxiliadas em parte. Propaganda, não se sabe, foi feita na Região, onde, em alguns estados, existe, ainda em poucos, número excessivo de escolas municipais. Em Paraíba, de 18 a 20 unidades, com o que a maioria possuía, na realidade, muitas vezes nos pontos e tipos de construção, ligavam-se a estes pontos, como, infelizmente, é ainda comum em certas escolas estaduais. A atual administração municipal fez baixar aquele número para as escolas apenas, todas bem localizadas e algumas já funcionando em prédios modernos, especialmente construídos. Em Campos do Jordão a Prefeitura Municipal está planejando a construção de prédios para as suas escolas municipais, quando se um dê, no bairro dos Jardins, já existe e a respectiva escola em funcionamento. Hoje não se outros municípios se incluem nesse exemplo e temos iniciativas semelhantes para melhor de uma das instituições de ensino público.

Quanto à cooperação de particulares, eis se trata, de quando em quando, em ordem de aparelhamento para os edifícios de ensino nos vários estados, no auxílio de outras escolas e na manutenção

tenção da Sopa Escolar e Copo de Leite, instituídas nos nossos estabelecimentos de ensino primário. Esses auxílios podem e devem ser aumentados, dependendo, apenas da atividade, diligência e entusiasmo dos respectivos diretores no procurar obtê-los.

Nesta Região, no entanto, merece registo especial, por ser incomum, o gesto louvável e ainda mais, espontâneo, do Sr. Dr. Rodrigo Romeiro, magistrado aposentado, residente em Pindamonhangaba, em auxiliar financeiramente e incentivar todas as iniciativas tendentes a concorrer para o êxito da obra educativa, num dos estabelecimentos de ensino primário dali, - o grupo escolar do Bairro de Sant'Ana. A caixa escolar do referido estabelecimento de ensino tem recebido dêsse prestante cidadão ofertas em dinheiro, em agasalhos e alimento para os alunos pobres, todos os anos. Além de uniformes e calçados, nas ocasiões de desfiles nas festas nacionais - leite e frutas são fornecidos diariamente da chácara do Dr. Romeiro para as crianças do grupo, além de haver instituído um prêmio anual de cem mil reis para o aluno que mais se distinguir, durante o ano, em três estabelecimentos públicos de ensino da cidade: o grupo escolar do Bairro de Sant'Ana, o "Dr. Alfredo Pujol" e o Curso Ferroviário de Pindamonhangaba. Essa elevada preocupação do Dr. Romeiro em possibilitar a realização das melhores iniciativas nas casas de ensino de sua terra, em prol da infância sem recursos, sagra-o cidadão benemérito.

18 - AS DESPESAS DA DELEGACIA

Foram as seguintes as despesas da Delegacia durante o ano de 1940:

Expediente da Delegacia.....	2:000\$000
Aluguel do prédio.....	3:240\$000
Diárias e transportes:	
Do Delegado.....	2:950\$000
Do Inspetor do 1º Distrito.....	3:295\$000
Do Inspetor do 2º Distrito.....	4:027\$000
Do Inspetor do 3º Distrito.....	4:059\$500
TOTAL.....	19:571\$500

#####

19 - ESCOLAS NORMAIS LIVRES

São em número de duas as escolas normais desta Região: uma em Taubaté e outra em São José dos Campos, ambas livres. Foram fiscalizadas, durante o ano letivo de 1940, pelo prof. Lafayette Rodrigues Pereira, inspetor escolar do 3º Distrito. Esses estabelecimentos funcionaram regularmente. Nenhuma delas possui curso fundamental. Na Escola Normal de São José dos Campos diplomaram-se 6 alunas e na Escola de Taubaté 47. É diretor da primeira o Revmo Pe. Geraldo Miranda e da segunda o Sr. Dr. Felix Guisard Filho.

Em mais de uma ocasião revelámos, em documentos oficiais, a nossa opinião despreziosa, mas sincera, sobre as escolas normais livres. Elas tiveram sua proliferação quando se julgou que os estabelecimentos oficiais congêneres eram insuficientes para a formação de professores, em número capaz de atender às necessidades do ensino do Estado. Surgiram as primeiras, com uma organização defeituosa, que, felizmente, não foram agravadas, porém que, ainda hoje, mau grado os anos e a experiência, não foram de todo sanadas. Logo, outras escolas se foram instalando, mesmo em cidades de secundária importância, e cuja vida efêmera, desde logo se adivinhava. Contudo, a existência delas, não obstante precária, foi o suficiente para causar todo o mal que na atualidade deploramos. As que subsistiram, mais tarde, à restrição de certas medidas moralizadoras, mas superficiais, e às vezes inoperantes, continuam a oferecer aspectos desabonadores de sua eficiência. Já se criticaram seus programas de ensino, elaborados, segundo a opinião de muitos, sem rigorosa preocupação de preparar convenientemente o professor para as dificuldades da vida prática futura, ensinando-o a ensinar. De ordinário, convertem-se esses programas em repositórios de teorias e doutrinas, interessantes e úteis, não há dúvida, como cabedal ilustrativo de conhecimentos, mas de tal sorte dosados e transmitidos que não chegam a despertar senão confusão entre ^{os} alunos. Nossa experiência tem-nos demonstrado isso, em que pése a pequenez de nossa autoridade.

Bem que tais programas poderiam, em muitos casos, ser reduzidos em sua extensão para preencherem, evidentemente com mais vantagem, sua alta finalidade educativa. A psicologia, a pedagogia, a sociologia e a biologia, - materias que avultam pela sua importância nos atuais programas, poderiam proporcionar resultados muito mais compensadores, por uma seleção cuidadosa e inteligente daquilo que mais conviesse, direta e profundamente, para o preparo do professor.

Aqui, bem cabe um reparo sobre a ausência, sempre lamentada, da cadeira de português nos dois anos do curso de formação profissional do professor. Sómente quem já pôde examinar de perto os tra-

EXCERPTOS DE LIVROS

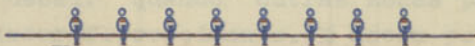
Em um número de duas ou três vezes a semana, em algumas escolas, há aulas de português e outras em São José dos Campos, ambas livres. Foram feitas listas durante o ano letivo de 1940 pelo prof. Lafayette Rodrigues Pereira, inspetor escolar do 3º Distrito. Nessas estabelecimentos foram encontrados registramentos. Nenhum deles possui curso fundamental. Na Escola Normal de São José dos Campos distinguem-se 3 alunos e na Escola de Educação de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, há 2 alunos e na Escola de Educação de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, há 2 alunos e na Escola de Educação de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, há 2 alunos.

Em mais de uma ocasião revelamos, em documentos oficiais, a nossa opinião favorável, mas sempre, sobre as escolas normais livres. Elas tiveram sua proliferação quando se iniciou o ensino de português oficial nas escolas com finalidade para a formação de professores, em número capaz de atender as necessidades do ensino de português. Surgiram as primeiras, com uma organização deficiente, que, aliás, não foram aprovadas, porém que, ainda hoje, em grande parte são a experiência, não foram de todo bem sucedidas, logo, outras escolas foram fundadas, mas em número de escolas de caráter importante e de uma vida efêmera, desde logo se extinguiram. Contudo, a existência delas, não obstante precária, foi o suficiente para causar todo o mal que se estudou anteriormente. As que desapareceram, mais tarde, e as vezes logo de certo modo normalizadas, mas superficiais e às vezes imperantes, continham a intenção de executar aspectos desconhecidos de sua existência. Já se criticaram seus programas de ensino, elaborados, segundo a opinião de muitos, com alguns conhecimentos de português fundamentalmente o professor para as dificuldades da vida prática futura, encaminhando a ensinar de ordinário, converter-se às suas próprias características de teoria e doutrina, interessando a nível, não há dúvida, como cabedal literário de conhecimentos, mas de tal sorte poucas a transmissão que não devam a despertar tanto quanto em sua vida. Essas experiências foram desconhecidas logo, em que pese a pobreza de nossa autoridade.

Com que tais programas poderiam, em muitos casos, ser aplicadas em sua extensão para proporcionar, evidentemente com mais vigor, sua alta finalidade educativa. A psicologia, a pedagogia, e a biologia e a fisiologia, - matérias que muitas vezes são importantes nos atuais programas, poderiam proporcionar resultados muito mais satisfatórios, por uma seleção cuidadosa e inteligente de aulas que mais convulsas, direta e profundamente, para o progresso do professor. Aqui, bem cedo um relato sobre a ausência, sempre imediata, de cadaveres de português nos dois anos do curso de formação profissional do professor. Somente quando já não se dá a oportunidade de

balhos escritos dos alunos dêsse curso, em provas de exames, é que está habilitado a dar parecer a respeito. E' deploravel, é vergonhoso que dessas e de outras escolas semelhantes saiam professores e bachareis incapazes de alinhar corretamente três ou quatro sentenças! Pois são êsses mesmos professores, de antemão desprestigiados pela própria incultura, que vão preparar a infância de nossa terra, concorrendo para a sua formação intelectual defeituosa e nociva.

Outra falha, a nosso ver fundamental e quasi irremovivel, é a que advém da maneira por que se tem feito o recrutamento dos professores das escolas normais livres, - como já dissemos mais de uma vez: ou em atenção ás condições financeiras do estabelecimento, quasi sempre precárias, por isso que a escola não divisa valores, -ou por méra conveniência de interesses locais, -nunca objetivando o superior interesse do ensino. O concurso de provas, tão preconizado para a escolha de professores capazes, vigóra em nossos dias proveitosamente, nos cursos superiores. Para as cátedras de suas Academias e de seus Institutos, sómente vão os que a isso fazem jús pelo seu valor intelectual, pelo seu saber. Mas, para a preparação do professor primário ou secundário, e da juventude dos ginásios, não se cuida de escolher, com aquele mesmo incomparevel critério rigorosamente seletivo. São, como já disse conceituado educador paulista, os fracassados em outras profissões que se refugiam no magistério, fazendo concorrência ao professor normalista e cuidando que seu algumas vezes razoavel preparo de humanidades já os habilita, em definitivo, para a difficilissima missão de ensinar. Sem o menor tirocinio pedagógico, sem nada conhecerem de didática, apenas com os seus conhecimentos, não raro discutiveis, se dispõem a preparar os pobres rapazes confiados a seu labor educativo, com o consentimento de todos, com pleno e unânime beneplácito das autoridades escolares! Nenhuma reforma, pois, nas escolas normais livres, por mais radical que seja, conseguirá melhorar-lhes o padrão de ensino se não estabelecer, preliminarmente, o concurso de provas para a seleção do seu corpo de professores.



20 - AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESTAGIÁRIOS PARA SUA FIXAÇÃO NO LOCAL E PARA INSTALAÇÃO DA ESCOLA: MEIOS POSTOS EM PRÁTICA PARA DIRIMÍ-LAS.

Não têm sido pequenas, em alguns municípios da Região, as dificuldades encontradas pelos estagiários para se fixarem no local da escola: ausência de conforto no bairro ou fazenda, onde são escassos os recursos mais comecinhos, distância excessiva da sede do município e falta de condução fácil e desembaraçada ao professor, quando necessária. Felizmente, aos poucos, de maneira assinalavel cada ano, tais dificuldades vêm sendo removidas, ou porque os moradores rurais vão compreendendo melhor não somente os deveres de hospedagem, assim tambem a necessidade de cercarem de maiores atenções os professores que, com notavel espírito de sacrifício e de renuncia ás mais elementares comodidades, lhes vão alfabetizar os filhos, instruindo-os e educando-os. As autoridades escolares têm auxiliado grandemente nessa tarefa de propaganda das vantagens da instrução nos meios rurais, pondo-se amiúde em contacto com seus habitantes, mostrando interesse pela instalação da escola, pela matrícula e assiduidade dos alunos, despertando-lhes maior confiança. Por outro lado, professores dedicados, com uma louvavel atuação nesses meios, têm conseguido, não raro de maneira surpreendente, afastar uns restos de prevenção e de má vontade, mais alimentados pela ignorância do que pela maldade.

Bem recebido o professor, desaparecem, em consequência, os desentendimentos e os embaraços á localização da escola. As prefeituras municipais, espontaneamente algumas, outras por solicitação das autoridades escolares, têm cooperado bastante para a conveniente localização da escola no município, em lugares de difícil acêso e de hospedagem ao professor.

21 - OUTROS PROBLEMAS PECULIARES Á REGIÃO

A Região, hoje mais conhecida pela denominação de Vale do Paraíba, e que foi outróra das mais ricas e férteis do Estado, entrou, em contraste, a decair quando outras zonas paulistas começaram a assinalar promissor florescimento. E assim permaneceu longos anos enquanto aquelas atingiam a um índice de progresso incomparavel. Cresciam prodigiosamente, de uma hora para outra, cidades apenas surgidas das matas desbravadas, com suas lavouras a se desenvolverem num ritmo jamais previsto. As populações foram aumentando, e vilas e cidades a se espalharem aqui e ali, num grau de prosperidade dia a dia

consolidado. Além disso, num período em que eram intensas as correntes imigratórias, estas, como é natural, rumavam na sua totalidade para aquelas zonas ricas, povoando-as e cooperando com os nacionais para o sempre crescente progresso delas. E o resultado é que hábitos sadios de trabalho foram produzindo seu benéfico contágio, aqui e ali, fosse pelo exemplo dos que vinham de fóra ou fosse pela concorrência de braços. E as escolas se disseminaram, sempre procuradas, com número até excessivo de matrículas e com uma frequência altamente satisfatória.


A êsse panorama animador das outras regiões bandeirantes, o Vale do Paraíba, ou sejam os municípios da zona da Central do Brasil, ofereciam e ainda hoje oferecem - sem embargo do seu gradual mas incontestável ressurgimento - entristecedor contraste. Eis a razão por que as populações escolares daqui são escassas, rarefeitas nos diversos núcleos, vivendo todos, homens e crianças, sem emulação para o trabalho, sem concorrência, sem quasi estímulo para a compreensão de certas necessidades da vida. Daí, - sem que nisto vá a menor justificativa para os resultados baixos dos índices estatísticos das escolas - o indiferentismo do homem rural no tocante á instrução e educação dos filhos, certas hostilidades ao professor recém-chegado, as dificuldades sem conta que as autoridades escolares aí encontram para localizar escolas, para o seu funcionamento e para a sua existência tranquila, normal.

Deve-se, contudo, assinalar que o quadro começa a modificar-se na razão direta do desenvolvimento que se vem esboçando na lavoura e indústria da Região.

Taubaté, Guaratinguetá e o Litoral Norte figuram, nos quadros estatísticos da alfabetização e promoção, com percentagens muito reduzidas em confronto com as dos municípios das zonas prósperas, e o motivo não pôde deixar de ser o que linhas acima fixámos, porquanto o elemento professor é o mesmo com todas as suas grandes qualidades de abnegação, de competência e de esforço e com todos os seus defeitos de negligência, de incultura e de insubmissão.

--

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos de minha distinta consideração.


Delegado Reg. do Ensino em Com.

22 - ENSINO.

1 - MOVIMENTO ESCOLAR DE 1940.

Os quadros anexos a este Relatório dão uma idéia exata do movimento escolar desta Região, por distrito e geral. Quero, no entanto, fazer aqui algumas considerações a respeito do trabalho realizado.

a) - MATRICULA - A matrícula nas escolas estaduais, quer agrupadas, quer isoladas, vem aumentando sucessivamente, desde 1932. Em quadro anexo verifica-se perfeitamente a ascensão da matrícula.

b) - FREQUÊNCIA - Outro tanto se pôde dizer da frequência, que vem melhorando sempre, ano a ano como prova o quadro anexo.

c) - RENDIMENTO - Igual fenómeno se observa no rendimento escolar cujos resultados têm sido animadores e comprovam a eficiência do ensino nesta Região.

d) - CREAÇÕES DE ESCOLAS - Foram localizadas, no presente ano, as seguintes escolas:

MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO: 2ª mista do bairro do Lageado por Decreto de 16-4ª-1940;

Mista do bairro da Campista por Decreto de 4-6ª-1940;

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA: Ms. da Fazenda Bela Vista por Decreto de 10-12ª-1940;

e) - SUPRESSÃO DE ESCOLA -

MUNICÍPIO DE JACAREI ----- Foi suprimida a escola mista do bairro do Alambarí por Decª de 10-12-940.

f) - TRANSFERÊNCIAS DE ESCOLAS - Foram transferidas, durante o ano de 1940, as seguintes escolas:

MUNICÍPIO DE NATIVIDADE - Mista do bairro do Rio Negro para o bairro dos Gomes por deci de 10-12ª-1940.

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA- Mista do Sítio Recreio para a Fazenda Mombaça com a denominação de 1ª, por Decª de 23-4ª-1940;

Mista da Fazenda São Sebastião para a Fazenda Mombaça com a denominação de 2ª, por Decª de 8-10ª-1940;

MUNICÍPIO DE REDENÇÃO --- Mista do bairro do Ribeirão dos Afonsos para o bairro do Taquaral, por Decª de 10-12ª-1940;

MUNICÍPIO DE S.BENTO DO SAPU-CAÍ. Mista do bairro do Paiol Grande para

MUNICIPIO DE S. BENTO DO SAPU-CAI. - para o bairro da Boa Vista, em Pindamonhangaba, por Dec: de 27-8:1940;

Mista do bairro dos Ferreiras para a Fazenda Bela Vista, em Pindamonhangaba por Dec: de 10-12:1940;

MUNICIPIO DE S. LUIZ DO PARAI-TINGA -

Mista do bairro do Chapéu para o bairro dos Caetanos por Dec: de 10-12:1940;

MUNICIPIO DE TAUBATE' ---

Mista do bairro de Itapecerica para o Alto da Vila de São José por Dec: de 27-8:1940;

Mista do bairro do Morro Grande para o Alto da Vila de São José com a denominação de 2: por Dec: de 10-12:1940;

Mista da Fazenda Uruêma para a Fazenda Fortaleza por Dec: de 10-12:1940;

g) - CREAÇÃO DE CLASSE -

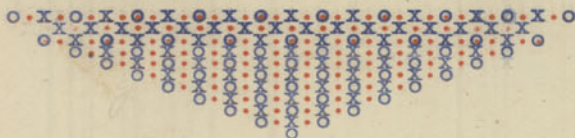
MUNICIPIO DE JACAREÍ -----

Foi creada uma classe no Grupo Escolar do Bairro de São João - 1: estágio - por Dec: de 10-12:1940.

CREAÇÃO DE ESCOLA

MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA -

Foi localizada ainda uma esc.ms. na Fazenda Bela Vista, por Dec: de 10-12:1940.



LIGEIRA ESTATÍSTICA SOBRE O MOVIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES, DAS ESCOLAS ISOLADAS ESTADUAIS
E MUNICIPAIS E DAS ESCOLAS PARTICULARES.

Nº	ESTABELECIMENTOS	Nº DE UNIDADES	MATRICULA		FREQ. MEDIA	PROMOÇÕES	PORC. PROMOÇÃO	OBSERVAÇÕES
			GERAL	EFTIVA				
<u>ESTADUAIS</u>								
1	1º DISTRITO	117	6.001	4.233	4.183	2.764	65,29	
2	2º DISTRITO	150	7.536	5.346	5.032	3.205	59,94	
3	3º DISTRITO	146	7.146	5.052	4.802	2.968	58,74	
	TOTAL:	413	20.683	14.631	14.017	8.937	61,65	
<u>MUNICIPAIS</u>								
1	1º DISTRITO	8	520	363	343	208	57,30	
2	2º DISTRITO	15	754	503	471	192	38,17	
3	3º DISTRITO	13	554	346	309	155	44,79	
	TOTAL:	36	1.828	1.212	1.123	555	46,75	
<u>PARTICULARES</u>								
1	1º DISTRITO	10	743	516	474	357	69,18	
2	2º DISTRITO	3	202	173	170	153	88,43	
3	3º DISTRITO	7	330	260	225	143	55,00	
	TOTAL:	20	1.275	949	869	653	70,87	
R E S U M O G E R A L								
1	ESTADUAIS	413	20.683	14.631	14.017	8.937	61,65	
2	MUNICIPAIS	36	1.828	1.212	1.123	555	46,75	
3	PARTICULARES	20	1.275	949	869	653	70,87	
	TOTAL:	469	23.786	16.792	16.009	10.145	59,75	

MOVIMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES

1940

Nº	ESTABELECIMENTOS	MUNICIPIOS	SALDO DE 1939	RECEITA EM 1940	DESPESA EM 1940	SALDO PARA 1941
1	G.E. de Guamirim	CAÇAPAVA	231\$400	629\$400	440\$700	420\$100
2	G.E. "Ruy Barbosa"	CAÇAPAVA	1:177\$300	3:372\$400	3:364\$600	1:185\$100
3	G.E. de Campos do Jordão	CAMPOS DO JORDÃO	484\$100	659\$200	481\$800	661\$500
4	G.E. do Bairro de S. João	JACAREI	664\$800	937\$800	613\$900	988\$700
5	2ª Gr. Esc. de Jacareí	JACAREI	940\$700	1:361\$800	1:223\$500	1:079\$000
6	G.E. "Cel. Carlos Porto"	JACAREI	2:372\$350	1:928\$200	1:755\$350	2:545\$200
7	Gr. Esc. de Jambuí	JAMBEIRO	989\$900	318\$100	1:020\$900	287\$100
8	G.E. de Natividade	NATIVIDADE	573\$800	759\$300	840\$500	492\$600
9	G.E. "Dr. Cergí Cesar"	PARAIBUNA	723\$100	1:331\$400	1:762\$300	292\$200
10	G.E. do Bº de Sant'Ana	PINDAMONHANGABA	744\$900	1:199\$200	1:538\$800	405\$300
11	G.E. "Dr. Alfredo Pujol"	PINDAMONHANGABA	927\$800	739\$200	968\$600	698\$400
12	G.E. "Cel. Queiroz"	REDEÇÃO	3:104\$800	895\$800	1:396\$600	2:604\$000
13	G.E. de Salesópolis	SALESÓPOLIS	488\$200	1:106\$800	1:278\$000	317\$000
14	G.E. de Santa Branca	SANTA BRANCA	1:272\$600	987\$900	1:114\$300	1:146\$200
15	G.E. "Cel. Ribi da Luz"	SÃO BENTO DO SAFOUAI	235\$900	11\$900	-- \$ --	247\$800
16	2ª Gr. Esc. S. José Campos	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	738\$200	813\$900	483\$500	1:068\$600
17	G.E. "Olimpio Catão"	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1:036\$400	1:616\$600	1:413\$800	1:239\$200
18	G.E. "Cel. Doming. Castro"	SÃO LUIZ DO PARATINGA	620\$900	416\$300	843\$000	194\$200
19	G.E. de Quirinim	TAUBATÉ	696\$500	599\$000	850\$800	444\$700
20	G.E. "Jacques Felix"	TAUBATÉ	1:035\$900	2:201\$800	1:812\$500	1:425\$200
21	G.E. "Dr. Quirino"	TAUBATÉ	546\$900	623\$000	655\$000	514\$900
22	G.E. "Dom Perí de Barros"	TAUBATÉ	1:102\$700	2:078\$000	2:704\$100	476\$600
23	G.E. "Dr. Lopes Chaves".	TAUBATÉ	3:983\$100	2:279\$100	2:223\$500	4:038\$700
24	Gr. Esc. de Tremembé	TREMEMBÉ	971\$400	1:703\$600	1:326\$100	1:348\$900
		TOTAL:	25:663\$650	28:569\$700	30:112\$150	24:121\$200

— MATRICULA GERAL

ALUNO: — MATRICULA EFETIVA

20 ALUNOS = 0,001

DELEGACIA REGIONAL DE TAUBATE

DADOS COMPARATIVOS DOS ESTABELECIMENTOS ESTADUAIS



MATRÍCULA GERAL E MTRÍCULA EFETIVA

ESCOLARES

UNIDADE \$

